

ULS - Castelo Branco
Conselho de Administração
Documento nº 09
Acta nº 09



REPÚBLICA
PORTUGUESA

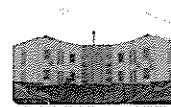
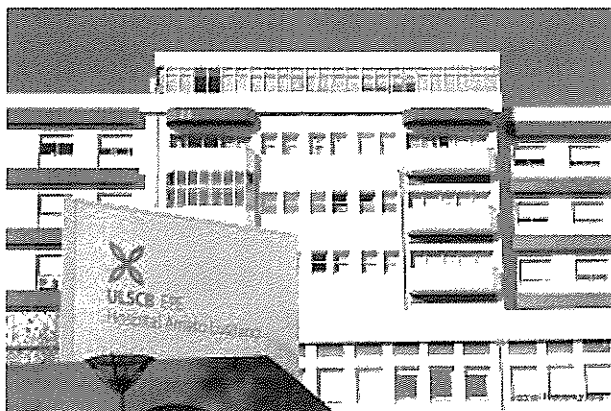
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE



Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 30 de setembro de 2021

ULSCB, EPE

A em 25/2/2022

Assinatura

Vogal Executivo
Dra. Lúcia

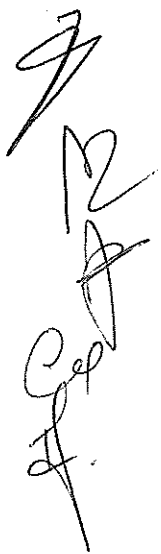
Vogal Executivo
Dra. Tânia

Vogal Executivo
Dra. Tânia

Vogal Executivo
Dra. Tânia

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2021, visa dar cumprimento ao previsto na alínea c) do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base o Acordo Modificativo ao Contrato-Programa 2021.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução dos gastos da sua área, bem como sobre a execução do Contrato Programa, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

Handwritten signature and initials in the bottom left corner of the page.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
I – Execução Orçamental.....	6
II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2020	9
A – Gastos e Perdas	9
B – Rendimentos e Ganhos	13
III – Recursos Humanos.....	14
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
Anexo I – Gastos e Perdas.....	19
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	20
Anexo III – Rendimentos e Ganhos.....	21
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos.....	21



INTRODUÇÃO

O presente relatório visa dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB durante o período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2021, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o Contrato-Programa.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2020 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 7 do art.º 158.º do DL 84/2019, de 28 de junho), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O ano de 2020 ficou marcado pelo agravamento da situação económico-financeira face ao ano anterior, com a dívida a chegar aos 27,1 M€ (24,6 M€ em 31/12/2019) e o PMP a fixar-se nos 146 dias (127 dias em 2019), embora tenham sido atribuídas diversas verbas adicionais: 2,7 M€ para cobertura de prejuízos (2,4 M€ em março e 323 mil euros em dezembro); 830 mil euros para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento do Covid 19; 1 M€ de adiantamento ao Contrato-Programa para pagamento de dívidas em atraso, aliados à atribuição de uma dotação mensal adicional de 300 mil euros; foram ainda recebidos financiamentos no âmbito da medida 095 para pagamento do prémio de desempenho aos profissionais de saúde (346 mil euros), para aquisição de equipamento de Cuidados Intensivos (209 mil euros) e para o plano de Expansão da Capacidade Laboratorial (117 mil euros).

Para o corrente exercício, o duodécimo foi reforçado em apenas 120 mil euros mensais, pelo que se antevia, logo à partida, muito difícil conter o crescimento da dívida, nomeadamente devido às necessidades adicionais nos meses em que incidem os encargos com os subsídios de férias e de Natal, bem como os que resultam da pandemia e que, em 2020, originaram um encargo suplementar estimado em 4 M€, situando-se no corrente ano num montante estimado de 2,56 M€, no período em análise. Contudo, em agosto, foram recebidas verbas para fazermos face ao crescente aumento da dívida: 3,99 M€ de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados e 1,1 M€ de adiantamento extraordinário de Fundos Disponíveis para alocar ao pagamento de dívidas em atraso (SUCH, bombeiros e prestadores de serviços SIGIC) por conta do mês de dezembro. Estes reforços permitiram reduzir significativamente a dívida (-3,5 M€ face a julho) e os pagamentos em atraso (-4 M€). No entanto, devido às necessidades adicionais no final do ano com o subsídio de Natal, bem como as que resultam da pandemia, o duodécimo terá de ser reforçado no final do exercício, caso contrário a dívida estará de novo em níveis idênticos aos verificados em julho do corrente ano.

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido ascendeu a 7,4 M€ negativos, piorando 4,6 M€ face ao período homólogo, situando-se o EBITDA nos 6,1 M€ negativos (1,6 M€ em 2020).

Em termos orçamentais/financeiros a cobrança foi superior ao período homólogo em 3,35% (+2 M€) e a despesa paga cresceu 4,23% (+2,5 M€), o que decorre do facto de termos recebido as verbas atrás mencionadas e que foram superiores às recebidas em 2020 (2,4 M€ para cobertura de prejuízos e mais 830 mil euros para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento do Covid 19).

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos estão acima do referencial do período (75%) chegando aos +9,56%, e ao nível dos rendimentos o desvio é de 0,38% acima do referencial, com a menor execução do que o expectável a ser mais expressiva ao nível das prestações do Contrato-programa (-0,50% / -281 mil euros) e em outros rendimentos e ganhos (-66,67%), mas nas taxas moderadoras o desvio é positivo e muito superior ao esperado (+99,18%).

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Período: janeiro a setembro 2021

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	Dotação do Período (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/3)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	TAXA EXECUÇÃO período (7/3)	TAXA EXECUÇÃO anual (7/2)
RECEITAS														
Receitas Correntes			77 310 910	77 604 166	0,38%	293 256	58 203 125	58 707 536	100,87%	58 257 759	305 453	58 563 212	100,62%	75,46%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	715 222	715 222	0,00%	0	536 417	771 530	143,83%	761 116	80 916	842 032	156,97%	117,73%
06	Transferências correntes	413	1 974 785	2 315 041	0,00%	340 256	1 736 281	1 023 060	58,92%	1 023 060	0	1 023 060	58,92%	44,19%
06	Transferências correntes	541	102 900	102 900	0,00%	0	77 175	61 132	79,21%	61 132	7 550	68 682	89,00%	66,75%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	348 492	408 536	17,23%	60 044	306 402	37 551	12,26%	37 551	0	37 551	12,26%	9,19%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	91 188	91 188	0,00%	0	68 391	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	73 524 027	73 524 027	0,00%	0	55 143 020	56 396 934	102,27%	56 194 593	0	56 194 593	101,91%	76,43%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	418 599	367 568	0,00%	-51 031	275 676	410 126	148,77%	173 353	215 441	388 794	141,03%	105,77%
08	Outras receitas correntes	513	135 697	79 684	-41,28%	-56 013	59 763	7 203	12,05%	6 954	1 546	8 500	14,22%	10,67%
Receitas de Capital			701 100	4 738 100	575,81%	4 037 000	4 551 075	4 146 383	91,11%	4 146 383	0	4 146 383	91,11%	87,51%
10	Transferências de capital	513	0	47 000		47 000	35 250	134 500	381,56%	134 500	0	134 500	381,56%	286,17%
12	Passivos Financeiros	432	701 100	701 100	0,00%	0	525 825	21 883	4,16%	21 883	0	21 883	4,16%	3,12%
12	Passivos Financeiros	721	0	3 990 000		3 990 000	3 990 000	3 990 000	100,00%	3 990 000	0	3 990 000	100,00%	100,00%
Total Receitas			78 012 010	82 342 266	5,55%	4 330 256	62 754 200	62 853 919	100,16%	62 404 142	305 453	62 709 595	99,93%	76,16%

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	Dotação do Período (3)	COMPROM. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/3)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	TAXA EXECUÇÃO período (7/3)	TAXA EXECUÇÃO anual (7/2)
DESPESAS							0							
	<i>Despesas Correntes</i>		73 929 273	78 343 374	5,97%	4 414 101	57 258 702	92 209 784	161,04%	43 682 324	17 017 778	60 700 102	106,01%	77,48%
01	Despesas com pessoal	511	49 804 835	49 804 835	0,00%	0	34 888 077	40 630 876	116,46%	35 997 184	1 827 545	37 824 729	108,42%	75,95%
01	Despesas com pessoal	361	0	10 080		10 080	7 560	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0,00%
01	Despesas com pessoal	413	0	57 121		57 121	42 841	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0,00%
02	Aquisições de bens e serviços	511	23 344 663	23 108 473	-1,01%	-236 190	17 331 355	46 160 084	266,34%	6 804 843	11 036 150	17 840 993	102,94%	77,21%
02	Aquisições de bens e serviços	513	520 474	754 323	44,93%	233 849	565 742	1 224 839	216,50%	558 978	284 010	842 988	149,01%	111,75%
02	Aquisições de bens e serviços	541	102 900	102 900	0,00%	0	77 175	61 132	79,21%	61 132	0	61 132	79,21%	59,41%
02	Aquisições de bens e serviços	361	0	48 668		48 668	36 501	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0,00%
02	Aquisições de bens e serviços	413	0	275 786		275 786	206 840	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0,00%
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	3 866 880		3 866 880	3 866 880	3 866 880	100,00%	17 986	3 848 894	3 866 880	100,00%	100,00%
03	Juros e outros encargos	511	6 225	10 378	66,71%	4 153	7 784	10 435	134,07%	9 330	1 023	10 353	133,01%	99,76%
03	Juros e outros encargos	513	6 344	63 265	897,24%	56 921	47 449	60 286	127,05%	60 286	0	60 286	127,05%	95,29%
06	Outras despesas correntes	511	100 400	194 571	93,80%	94 171	145 928	146 873	100,65%	126 491	20 156	146 647	100,49%	75,37%
06	Outras despesas correntes	513	43 432	46 094	6,13%	2 662	34 571	48 379	139,94%	46 094	0	46 094	133,33%	100,00%
	<i>Despesas de Capital</i>		4 082 737	3 998 892	-2,05%	-83 845	3 029 949	3 153 629	104,08%	953 249	947 382	1 900 631	62,73%	47,53%
07	Aquisição de bens de capital	361	348 492	349 788	0,37%	1 296	262 341	37 551	14,31%	0	37 551	37 551	14,31%	10,74%
07	Aquisição de bens de capital	362	91 188	91 188	0,00%	0	68 391	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	1 974 785	1 982 134	0,37%	7 349	1 486 601	1 536 309	103,34%	720 372	302 688	1 023 060	68,82%	51,61%
07	Aquisição de bens de capital	432	701 100	701 100	0,00%	0	525 825	1 031	0,20%	0	1 031	1 031	0,20%	0,15%
07	Aquisição de bens de capital	511	267 904	405 770	51,46%	137 866	304 328	1 047 832	344,31%	96 696	275 175	371 871	122,19%	91,65%
07	Aquisição de bens de capital	513	699 268	345 792	-50,55%	-353 476	259 344	407 786	157,24%	136 181	207 817	343 998	132,64%	99,48%
07	Aquisição de bens de capital	721	0	123 120		123 120	123 120	123 120	100,00%	0	123 120	123 120	100,00%	100,00%
	Total Despesas		78 012 010	82 342 266	5,55%	4 330 256	60 288 651	95 363 413	158,18%	44 635 573	17 965 160	62 600 733	103,84%	76,03%

- Da execução resultou um aumento de 4,3 M€ em termos de dotação que decorre da entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados nas entidades públicas empresariais pertencentes ao SNS, no montante de 3,99 M€, bem como da aprovação do projeto SAMA C2ICB, em parceria que o CHUCB, para a implementação de um centro de excelência para coordenação e promoção da investigação clínica das beiras, e que diz respeito às FF413 (340.256 euros) e 361 (60.044 euros), embora neste último caso por diminuição da FF513, tanto na receita como na despesa. As demais alterações inter-rubricas ocorridas no período apenas foram efetuadas no âmbito da gestão flexível, totalizando o montante de 6.780.051 euros, fruto da necessidade de dar cobertura aos encargos transitados por pagar do ano anterior e da execução entretanto ocorrida ao nível dos pagamentos.
- As dotações continuam a revelar-se insuficientes na grande maioria das rubricas, tal como tinha sido alertado aquando da entrega da proposta de orçamento para 2021, com a execução face ao orçamento

corrigido anual a superar os 76%, pelo que as futuras alterações apenas se justificarão em função dos montantes que vierem efetivamente a ser pagos.

- Ao nível da receita, a taxa de execução do período do orçamento mensualizado foi de 99,93%. Considerando a dotação anual corrigida, as receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 75,46% e as receitas de capital de 87,51%, fruto do recebimento da verba para cobertura de prejuízos.
- A FF 511 apresentou uma execução ligeiramente acima do expectável para este período (101,91%), mas existem igualmente taxas mais elevadas do que seria previsível nas seguintes:
 - FF 513, RCE 04 (156,97%), por termos retomado o processo de recuperação de taxas moderadoras através do SITAM, o que gerou um aumento de cobrança de cerca de 540 mil euros;
 - FF 513, RCE 07 (141,03%), devido à elevada cobrança de anos anteriores de entidades do SNS, no âmbito do programa *clearing house*;
 - FF 513, RCE 10 (286,17%), devido ao recebimento de verbas no âmbito de protocolos de colaboração no âmbito da pandemia Covid-19: 87.500 euros da Câmara Municipal de Castelo Branco para aquisição de um robô de desinfecção e 47.000 euros da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa para aquisição de um raio x portátil.

Quanto à FF 721, a taxa atingiu os 100% devido ao facto de a execução ter ocorrido na totalidade em agosto.

Nas restantes FF e rubricas existem desvios significativos, nomeadamente nas que respeitam a projetos cofinanciados (FF 361 e 413 para remodelação do HAL e SAMA e FF 362 e 432 para POSEUR). Ao nível da Remodelação do HAL, a taxa poderá melhorar até final do exercício, contudo no POSEUR a execução deverá manter-se nos níveis atuais visto não estar previsto o arranque da execução física da medida 7 (caixilharia) antes do início do próximo ano devido a atrasos ao nível do procedimento concursal (os atrasos decorreram inicialmente da falta de autorização do SET e SES para o aumento do valor da medida face ao previsto inicialmente. Posteriormente, os atrasos foram motivados pela necessidade de serem atualizadas as peças concursais, e apenas a 17 de agosto foi lançado o procedimento).

Em termos de liquidações, a taxa de execução do período (100,16%) ficou ligeiramente acima da taxa dos recebimentos (99,93%), com o reforço decorrente da entrada de capital (3,99 M€) a corresponder a 6,35% das liquidações registadas, verba esta que supera o montante recebido em 2020 (2,4 M€ para cobertura de prejuízos e 830 mil euros para gastos com a Covid).

- No que respeita à execução da despesa, a existência de encargos relacionados com o ano anterior originou a elevada taxa de execução do período (158,18%) no que se refere a compromissos assumidos, com esses encargos de anos anteriores a representarem cerca de 30% da execução

ocorrida. Pelo que as RCE mais penalizadas são as que apresentam pagamentos de anos anteriores, num total de 18 M€ (crescendo 6,8 M€ face ao final do trimestre anterior devido ao recebimento da verba de entrada de capital anteriormente mencionada), principalmente as aquisições de bens e serviços cujos encargos transitados (24,6 M€¹) correspondem a 25,8% do total dos compromissos registados no período.

- Ao nível dos pagamentos a execução superou em 3,84% a dotação do período (+2,3 M€), pelo que tal situação já faz antever as dificuldades que já eram esperadas e que têm sido reportadas mensalmente à tutela nos relatórios de execução. Considerando a dotação anual corrigida, as despesas correntes chegaram aos 77,48%, mas as despesas de capital não foram além dos 47,53%.
- Ao nível dos encargos com pessoal, de realçar que a dotação do período não inclui o subsídio de Natal e os respetivos encargos. Em termos de pagamentos, a execução superou o referencial em 8,42% (+2,9 M€, fruto dos acréscimos que detalharemos mais à frente neste relatório).
- À semelhança da receita, também na despesa a execução é globalmente bastante fraca em termos de pagamentos nas FF 361, 362, 413 e 432, em relação a projetos cofinanciados, sendo que o projeto da Remodelação do HAL é o que apresentou maior taxa de execução.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução na receita cresceu 3,04% (+1,9 M€) nas liquidações e 3,35% (+2 M€) na cobrança, por termos recebido o reforço anteriormente mencionado e que foi superior ao do ano transato. Quanto à despesa, o incremento nos compromissos de 16,55% (+13,5 M€) resultou do aumento de encargos com bens e serviços (+10,7 M€) e pessoal (+3,9 M€). Quanto a pagamentos, o acréscimo de 4,23% (+2,5 M€) decorreu do aumento da cobrança já mencionado.

Descrição	2020	2021	variação	%
Receitas				
- Liquidações	61 001 024	62 853 919	1 852 895	3,04%
- Cobrança	60 678 199	62 709 595	2 031 396	3,35%
Despesas				
- Compromissos	81 819 586	95 363 413	13 543 827	16,55%
- Pagamentos	60 059 235	62 600 733	2 541 498	4,23%

II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2020

A – Gastos e Perdas

- Globalmente, a execução manteve-se acima da dotação mensualizada para o período (+9,56% / +5,8 M€), existindo desvios que justificam alguma preocupação, nomeadamente ao nível dos fornecimentos e serviços externos (+31,73% / +4,2 M€) e dos CMVMC (+19,76% / +1,5 M€).
- Assim, nos fornecimentos e serviços externos, os desvios mais significativos registaram-se nos serviços especializados (+34,05% / +1,6 M€), nos meios complementares de diagnóstico (+34,75% / +865 mil euros), nos internamentos (+292,04% / +641 mil euros) devido ao SIGIC que cresceu 271,36% (+424 mil euros) em termos homólogos devido à recuperação da atividade cirúrgica (decorrente do regime excecional de incentivos à realização de atividade assistencial não realizada ou adiada por força da situação epidemiológica provocada pela COVID-19), nos meios complementares de terapêutica (+15,64% / +437 mil euros) e nas deslocações, estadas e transportes (+27,27% / +366 mil euros), decorrente do retomar da atividade face ao período homólogo que foi bastante afetado pela crise pandémica (diminuição de 6,45% / -389 mil euros, em 2020, nos subcontratos, incidindo essencialmente nos meios complementares de diagnóstico que regrediram 19,92% / -654 mil euros, e nas deslocações, estadas e transportes que apresentaram uma redução de 13,17% / -218 mil euros).
- Nos CMVMC também se registou um desvio de 19,76% (+1,5 M€) face ao estimado para o período, essencialmente nas rubricas de material de consumo clínico (+27,08% / +619 mil euros), de medicamentos (+13,2% / +536 mil euros) e de reagentes e outros produtos farmacêuticos (+38,45% / +293 mil euros) devido aos gastos associados à Covid-19, nomeadamente material de proteção individual e testagem.
- No que se refere aos gastos com pessoal, globalmente o desvio da execução ascendeu aos 1,8% (+683 mil euros), com especial incidência no trabalho extraordinário (+18,75% / +726 mil euros) e nos encargos sobre remunerações (+4,31% / +296 mil euros), pelos motivos que indicaremos na evolução face ao período homólogo.
- Em termos homólogos (anexo II), os CMVMC registaram uma variação de 17,36% (+1,3 M€) que decorre essencialmente do efeito pandemia (entre abril e maio de 2020 a quebra da atividade foi muito acentuada), com um forte incremento nos gastos com material de consumo clínico (+24,52% / +572 mil euros) devido ao consumo dos EPI (luvas, fatos de proteção, máscaras, batas, ...), existindo ainda um elevado aumento em reagentes/outras produtos farmacêuticos (+42,31% / +314 mil euros) devido ao número de análises efetuadas e em medicamentos (+10,16% / +424 mil euros). Temos ainda

pequenos aumentos nos armazéns de consumo hoteleiro e consumo administrativo. Estes aumentos justificar-se-ão por algum acréscimo na produção, tendo-se realizado mais 322 cirurgias (+9,38%) e, apesar de um menor número de doentes saídos no internamento (-29 / -0,61%), houve mais dias de internamento (+1565 / +4,18%).

- De realçar que o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório representa cerca de 44% do consumo total e tem maior incidência nas áreas de autoimunes, oncologia, hemofílicos e esclerose múltipla. Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espectro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolide (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM.
- Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo, se possível, os artigos menos vantajosos economicamente, recorrendo ainda aos armazéns avançados nos serviços e reduzindo, eventualmente, alguns níveis de reposição de stocks.
- No que respeita aos FSE, verificou-se um aumento de 30% (+4 M€), tendo sido registadas previsões num total de 1,6 M€ no período (476 mil euros nos subcontratos e 1,1 M€ nos restantes fornecimentos e serviços) baseadas na média da faturação do ano anterior, por ainda não dispormos de toda a faturação rececionada, correspondendo a 9,2% do total dos gastos registados nestas rubricas. Por se tratar de elementos com um grande volume de previsões e de muita imprevisibilidade, existe sempre um grau de incerteza elevado quanto à evolução, tanto mais com o efeito pandemia que acaba por dificultar esse tipo de análise devido às diferenças existentes entre meses homólogos no que respeita a medidas em vigor que influenciaram, de alguma forma, a atividade ocorrida. Pelo que, com base nos dados existentes, em relação a subcontratos registaram-se incrementos nas principais rubricas, em especial nos MCD (+27,52% / +724 mil euros) onde a patologia clínica apresentou um acréscimo de 17,15% (+265 mil euros) e a imagiologia de 41,19% (+215 mil euros), nos internamentos que aumentaram 357,22% (+672 mil euros) devido ao SIGIC que cresceu 271,36% (+424 mil euros, sendo que 352 mil euros correspondem a gastos estimados) e à psiquiatria que teve um incremento de 248 mil euros, e nos MCT (+15,64% / +437 mil euros) onde a hemodiálise teve um incremento de 776,65% (+248 mil euros) e a MFR cresceu 149,29% (+139 mil euros). Nos restantes fornecimentos e serviços,

os serviços especializados apresentam um crescimento acentuado (+35,33% / +1,6 M€), destacando-se neste campo os Serviços Técnicos de Recursos Humanos (+50,42% / +681 mil euros) e os Honorários (+57,14% / +266 mil euros) devido à retoma da atividade e à falta de médicos nalgumas áreas/especialidades como por exemplo a urgência, a cirurgia geral, a medicina interna, a anestesiologia, a ginecologia/obstetrícia e a ortopedia, e ainda a conservação e reparação (+15,55% / +140 mil euros) onde foram necessários trabalhos suplementares de adaptação de espaços e/ou remodelação devido à pandemia, bem como novos contratos de assistência técnica relativos a novos equipamentos, entre outras situações. Registaram-se ainda acréscimos nos gastos de lavandaria (+81,78% / +252 mil euros) decorrente da Covid, e na vigilância (+19,89% / +78 mil euros) pela existência de necessidades suplementares ao nível dos postos de vigia. Pelo que, aqui também, não existe para já qualquer abrandamento que poderia ser expectável neste 2º semestre, devido à evolução decorrente da pandemia até ao final do 3º trimestre. De realçar ainda os gastos com deslocações, estadas e transportes que cresceram 18,71% (+269 mil euros), onde o transporte de doentes (+19,6% / +270 mil euros) registou aumentos, de forma generalizada, nos bombeiros (+27,33% / +175 mil euros), nos táxis (+11,25% / +54 mil euros), e nas empresas de transporte de doentes (+15,11% / +37 mil euros).

- Quanto aos gastos com o pessoal, o montante processado superou o registado no ano anterior em 6,28% (+2,3 M€), incidindo essencialmente nos abonos variáveis e eventuais (+24,93% / +1,5 M€), com o trabalho extraordinário a representar 931 mil euros desse aumento (com +80 mil horas, +89,7% relativas a presença física e +10,3% a prevenção, com especial incidência no pessoal de enfermagem com +49 mil horas e nos assistentes operacionais com +18 mil horas) devido às necessidades acrescidas decorrentes da pandemia que obrigaram ao reforço de equipas, mas também nos encargos sobre remunerações (+7,58% / +504 mil euros) e, de forma mais moderada, na remuneração base (+1,81% / +341 mil euros) devido, em larga escala, às novas contratações decorrentes da pandemia¹. Ainda no âmbito da pandemia, estimam-se gastos com pessoal na ordem dos 2,4 M€ no período, 1,6 M€ na medida 095 e 847 mil euros na medida 096, conforme consta dos reportes efetuados junto da DGO. Adicionalmente, de referir que continuamos a ter uma forte incidência de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e de outras áreas carenciadas de profissionais atendendo à forte taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (2 M€

¹ Até à data 224 contratações (das quais 27 já denunciadas); destas, 90 ainda em funções Covid e 107 convertidas ao abrigo dos art.º 147.º e 149.º do CT (fonte – SRH).

pagos² a prestadores médicos entre janeiro e setembro, correspondendo a 61.916 horas, contra os 1,4 M€ pagos no ano anterior referentes a 47.770 horas).

- No que respeita a outros gastos, os mais relevantes prendem-se com as amortizações que cresceram 15,18% (+172 mil euros), mantendo-se a especialização mensal da previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, num total de 761 mil euros neste período, por ainda estar pendente de finalização o processo de integração/inventariação que deverá ficar concluído no 4º trimestre do ano em curso. De assinalar ainda o acréscimo de 60 mil em gastos e perdas por juros e outros encargos, devido aos gastos suportados junto da SPMS na recuperação de taxas moderadoras em dívida através do SITAM.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 7 do art.º 158.º do DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	3T 2021 Exec.	3T 2020 Exec.	2020/2021	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	38 032 451 €	35 816 523 €	2 215 928 €	6,19%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	28 516 €	275 594 €	-247 078 €	-89,65%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	514 210 €	204 862 €	309 348 €	151,00%
Gastos com Deslocações (FSE)	57 188 €	58 424 €	-1 236 €	-2,12%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	48 120 €	48 523 €	-403 €	-0,83%
Gastos associados à frota automóvel	173 722 €	172 538 €	1 184 €	0,69%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	124 248 €	79 804 €	44 444 €	55,69%
Número Total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	1482	1424	58	4,07%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	6	2	33,33%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1473	1417	56	3,95%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1473	1417	56	3,95%
N.º de viaturas	51	51	0	0,00%

- Aumento dos gastos com pessoal, pelos motivos já anteriormente descritos e pela existência de mais 58 de colaboradores (em 2020 foram adicionados os 3 elementos do Conselho Fiscal que não constavam do reporte anterior);
- Quanto aos restantes encargos, existem reduções em deslocações e ajudas de custo, no entanto os gastos com a frota apresentam um ligeiro aumento devido ao retomar da atividade já referido

² Nota: o mês de pagamento não corresponde ao mês em que foi prestado o serviço (algumas das horas pagas respeitam a trabalho realizado no ano anterior).

anteriormente, e o acréscimo nos encargos com estudos, pareceres, projetos e consultoria decorre de necessidades relacionadas com projetos de remodelação do serviço de medicina interna e o departamento de psiquiatria e saúde mental.

B – Rendimentos e Ganhos

- Em termos totais (anexo III), a execução ficou ligeiramente acima da dotação mensualizada do período (+0,38% / +222 mil euros), ficando a dever-se exclusivamente ao desempenho ocorrido na rubrica de taxas moderadoras que apresenta um desvio de +99,18% (+878 mil euros), já que os restantes agrupamentos estão todos abaixo do que seria previsível, nomeadamente ao nível das prestações relacionadas com o Contrato-programa que ficaram 0,50% (-281 mil euros) abaixo do referencial do período.
- Em termos homólogos (anexo IV) os rendimentos evidenciam um crescimento de 5,58% (+3,1 M€), já considerando a especialização do Contrato-Programa e os incentivos institucionais. Ao nível do Contrato-Programa regista-se um aumento de 2,6 M€ (+4,75%) considerando todas as prestações (incentivos, valor capitolacional e internos), incluindo-se aqui o adiantamento de 1,1 M€ por conta do duodécimo de dezembro indicado na nota introdutória, contrariamente à verba para cobertura de prejuízos que não é considerada como rendimento do exercício.
- Ao nível das taxas moderadoras, a tendência de crescimento (+104,43% / +900 mil euros) resulta do facto de termos retomado a cobrança das dívidas através do SITAM (cerca 540 mil euros recuperados desde maio), embora se mantenha a quebra nos cuidados de saúde primários decorrente da eliminação da maioria das taxas (consultas, MCDT) devido às alterações legislativas ocorridas. Com o regresso de alguma normalidade, iremos manter de forma mais regular o processo de cobrança de taxas moderadoras em dívida através do SITAM/SPMS, no intuito de conseguirmos incrementar as receitas próprias, a par de um reforço da cobrança imediata sempre que possível.
- Em relação a outras entidades responsáveis, temos um acréscimo mais significativo neste período de 30,6% (+79 mil euros) que se deve aos incrementos na faturação do hospital de dia que cresceu 33 mil euros, do internamento (+29 mil euros), dos MCDT (+25 mil euros) e da consulta (+21 mil euros) mas, por outro lado, a da urgência diminuiu 30 mil euros.
- Por fim, em outros rendimentos e ganhos, a redução de 79,23% (-251 mil euros) resulta essencialmente da anulação de faturação relacionada com a ADSE em 2020 (182 mil euros) e de faturação inferior relativamente a testagem Covid-19 em 2021, no âmbito de protocolo com o Instituto Politécnico de Castelo Branco.



III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB durante o período em análise e relativamente ao 3º trimestre do ano de 2020 continuou em curva ascendente, subindo, inclusive, os valores relativamente ao trimestre anterior, embora de forma não muito acentuada observa-se, no entanto, uma variação ascendente entre estes dois trimestres do ano de 2021. As variações mais significativas relativamente ao 3º trimestre de 2020 continuaram a verificar-se maioritariamente na carreira de enfermagem, na carreira técnica superior de diagnóstico e terapêutica e na carreira de assistente operacional, conforme se pode constatar no quadro abaixo apresentado, fruto da declaração da situação de pandemia por COVID-19.

O aumento significativo de profissionais de saúde nestas carreiras ficou a dever-se, naturalmente, à necessidade de contar com um número de efetivos suficiente para continuar a garantir a eficácia, a operacionalidade, a reestruturação de serviços e uma gestão atempada eficaz e focada no controlo eficiente da pandemia provocada pelo COVID-19, dando assim, atenção aos indicadores da comunidade científica que apontavam para um aumento e agravamento dos casos de contágio para o 4º trimestre de 2021.

As obrigações assistências obrigatórias e a imposição de cumprimento das regras e orientações emanadas pela DGS decorrentes da situação de pandemia COVID-19, criaram a necessidade de procedimentos que houve necessidade de manter, no sentido de salvaguardar a integridade de saúde dos doentes e dos profissionais, de que são exemplo: a duplicação de circuitos, com a criação de corredores para doentes COVID e não COVID; a criação de áreas de atendimento próprias para doentes COVID (ADC); o alargamento de horários devido à necessidade de evitar aglomeração de pessoas e doentes e garantir o distanciamento social e a criação de novos serviços e alargamento de outros existentes.

Consequentemente, a nova organização criada, implicou a aplicação de uma gestão reforçada, mais abrangente e participada a diferentes níveis e carreiras, bem como, patamares de execução. Determinou a necessidade e reforço da limpeza e desinfeção das áreas de isolamento, superfícies e áreas de atendimento dos doentes, corredores e espaços dedicados, bem como, desinfeção assídua dos equipamentos, materiais e espaços da ULSCB e, motivou ainda, a necessidade de descontaminação de material e equipamento e manuseamento seguro da roupa, e recolha segura dos resíduos.

Foi necessário continuar a prestar particular atenção à área de diagnóstico e terapêutica, concretamente, na especialidade de análises clínicas tendo em conta a necessidade de colheita de material para realização dos testes COVID realizados no laboratório da ULSCB com vista a poder dar-se resposta em tempo útil, reduzir custos e garantir os respetivos resultados.

Toda a contratação de novos trabalhadores, a afetação e a reorganização necessária dos recursos humanos, teve como origem, além da situação de pandemia Covid-19, diversos outros constrangimentos, nomeadamente, o absentismo, a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (48 anos) e a idade média mais elevada (60 anos) em alguns grupos profissionais, onde se verifica elevada taxa de absentismo com propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referencia a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

(3º TRIMESTRE)

PESSOAL ACTIVO EM 30.09.2021 - 1.473 trabalhadores

01.07.2021 a 30.09.2021 - Dias Úteis

GRUPOS PROFISSIONAIS	PESSOAL ACTIVO	CASAMENTO (1)	MATERIAL DA ULS (2)	ALICERCE TO FAMILIAR (3)	JULGADA (4)	ADJUNTO FISCAL (5)	ADJUNTO FISCAL (6)	MATERIA DE CONTINGENCIA (7)	GRUPO (8)	PESQUISA (9)	ACT. ORÇ. (10)	COM. GERAL (11)	OUTROS (12)	TOTAL DIAS AUSÊNCIA	Média Faltas		% TOTAL FALTAS ULSCB
															MEDIA DIAS CARREIRA	MEDIA SITOTOTAL ULSCB	
Pessoal Médico (inclui internos)	221	40	493	10	417		42				4	493	37	1 536	6,95	1,04	20,36%
Técnico Superior de Saúde	19				4									4	0,21	0,00	0,05%
Pessoal de Enfermagem	539	30	1 346	17	1 055	1		18				7	151	2 655	4,93	1,60	35,18%
TSDT	106		445		451		44	7					30	577	9,22	0,68	12,96%
Pessoal de informática	12				21		20				8		10	59	4,92	0,04	0,78%
Pessoal Docente	1													0	0,00	0,00	0,00%
Pessoal Dirigente (inclui Adm. Hosp.)	6													0	0,00	0,00	0,00%
Assistente Técnico	185		22	14	408		245						47	816	4,41	0,55	10,81%
Assistente Operacional	553		110	20	987	77	48						91	1 331	3,77	0,90	17,64%
Técnico Superior (RG)	51		54		12		98						4	168	5,42	0,11	2,23%
TOTAIS	1 473	70	2 478	61	3 465	78	495	25	8	8	12	500	370	7 546	5,12	1,12	100,00%
MEDIA		0,05	1,68	0,04	2,35	0,05	0,34	0,02	0,00	0,00	0,01	0,34	0,25	5,12			

(*) Outros = Despesa de sangue, Juss. Serv. oficiais, Compensação de despesas, Mesas eletrônicas, Compensação serviço de urgência, Covid 19, Exames Im. Médica, Dispensas e efeitos remuneratórios

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 3º Trimestre de 2020/2021

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB						3º TRIM				
	TOTAL GERAL 2020			TOTAL GERAL 2021			TOTAL GERAL ≠ 2020/2021			≠ 21/21	
Carreira/Categoria	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	jul/set	ago/set
Conselho Administração	3	3	3	5	5	5	2	2	2	0	0
Administrador Hospitalar	2	2	2	1	1	1	-1	-1	-1	0	0
Méd. Especialistas	158	156	154	151	150	156	-7	-6	2	5	6
Méd. Grau Especialista	1	5	3	1	1	1	0	-4	-2	0	0
Méd. IIM - Formação Especif.	45	42	42	44	41	38	-2	-1	-4	-6	-3
Méd. IIM - Formação Geral	28	28	29	27	27	26	-1	-1	-3	-1	-1
Téc. Superior Saúde	17	17	19	19	19	19	2	2	0	0	0
Téc. Superior	30	30	28	30	30	31	0	0	3	1	1
Enfermagem	511	513	525	539	539	539	28	26	14	0	0
Téc. Diag. Terapêutica	95	95	95	107	106	106	12	11	11	-1	0
Informática	11	11	11	12	12	12	1	1	1	0	0
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	179	180	179	186	185	185	7	5	6	-1	0
Assistente Operacional	328	328	326	359	357	353	31	29	27	-6	-4
TOTAL - Efetivado funções	1410	1411	1417	1482	1474	1473	72	63	56	-9	-1
Pessoal fora da ULSCB	20	20	21	19	19	18	-1	-1	-3	-1	-1
Pessoal Dentro de Out. Inst.*	13	13	14	15	14	13	2	1	-1	-2	-1
TOTAL GERAL ULSCB	1430	1431	1438	1501	1493	1491	71	62	53	-10	-2

* Estão incluídos no total Efetivado de funções

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 30/09/2021 fixou-se nos 28,8 M€, contra os 27,1 M€ que se registavam em 31/12/2020. Os pagamentos em atraso correspondem a 14,5 M€, não existindo liquidez para impedir o seu crescimento devido aos compromissos que somos obrigados a cumprir no intuito de não serem comprometidos os fornecimentos e serviços indispensáveis (prestadores médicos, transportes doentes programados, incluindo hemodiálise, consumíveis no âmbito da Covid, manutenção de equipamentos e softwares, entre outros exemplos).
- Em termos homólogos, a dívida cresceu 6,7 M€ e os pagamentos em atraso 4,4 M€, refletindo desta forma o agravar da situação em termos de prazo médio de pagamento (cerca de 190 dias no final do período, contra os 160 dias do período homólogo e os 146 registados em 31/12/2020), com uma antiguidade que chega nalguns fornecedores a cerca de 11 ou 12 meses.
- Apesar dos reforços ocorridos em agosto, entendemos que este acréscimo no financiamento não será suficiente para permitir que a situação económico-financeira melhore nos próximos meses, ainda por mais sabendo que nos meses em que incidirá o pagamento do subsídio de Natal (e respetivos encargos) existirá uma quebra acentuada nos pagamentos a fornecedores. Embora se mantenha alguma incerteza decorrente da pandemia, teremos ainda assim de conseguir diminuir gastos a curto/médio prazo, sob pena de se agravarem situações causadoras de estrangulamentos e que poderão comprometer o normal funcionamento da instituição devido à antiguidade da dívida, com

prazos incomportáveis para alguns fornecedores (o que origina ameaças de corte de fornecimento, débito de juros de mora e injunções). Em paralelo, para ser possível conter e/ou diminuir a atual dívida, terá de existir, no nosso entendimento, um reforço adicional da dotação orçamental, no mínimo idêntico ao ocorrido em agosto, por forma a que se consiga fechar o exercício de 2021 com um volume de dívida ao nível do verificado no final do ano anterior.

- De referir ainda que 5,6 M€ da dívida total correspondem a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), continua a melhorar face ao período homólogo (-18 dias), o que decorre do aumento do volume de negócios (+2,7 M€) e da redução ocorrida na conta de clientes (ACSS - fecho dos Contratos-Programa de 2015 e 2016 e cobrança de faturas relativas a convenções Internacionais).

Período: janeiro a setembro

u.m.: euro

	2020	2021	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	22 069 784	28 780 814	6 711 030	30,41%
Dívida vincenda	7 366 097	8 514 018	1 147 921	15,58%
Dívida vencida	14 703 688	20 266 797	5 563 109	37,83%
Pagamentos em atraso	10 071 168	14 466 338	4 395 170	43,64%
PMP ponderado (dias)	160	190	30	18,75%
PMR (dias)	67	49	-18	-26,63%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

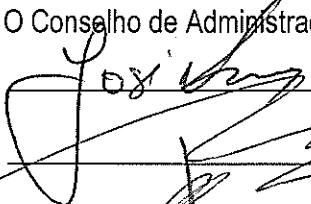
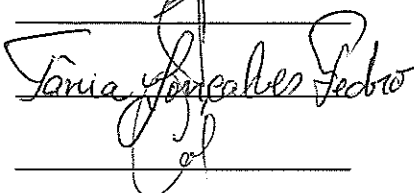
- No final deste período, tal como já seria expectável, a situação continuou a deteriorar-se face ao ano transato onde existiu uma quebra acentuada da atividade, fruto da crise pandémica, ao nível assistencial e, consequentemente, nos gastos suportados, o que não se verificou no corrente ano.
- Registou-se assim um acentuado incremento da dívida motivado pelos gastos adicionais com pessoal (aumento de efetivos para fazer face à pandemia e dos encargos com o trabalho extraordinário onde

cresceram os gastos decorrentes da vacinação e da testagem) e do pagamento do subsídio de férias, bem como dos gastos com produtos farmacêuticos, material de consumo clínico e bens e serviços (gastos com Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários), e pelo insuficiente reforço do financiamento para dar cobertura aos mesmos.

- Com a manutenção da pandemia nos próximos meses, será problemático conseguirmos diminuir gastos a curto prazo, embora tenham de ser feitos alguns ajustamentos no sentido de evitarmos estrangulamentos que, nalguns casos, podem comprometer o normal funcionamento da instituição devido à antiguidade da dívida, com prazos inoportáveis para alguns fornecedores.

Castelo Branco, 11 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração

Tânia Gonçalves Pedro

Anexo I – Gastos e Perdas

U.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2021

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	ORÇAMENTO MENSUALIZADO DO PERÍODO (2)	PROCESS. EM 30/09/2021 (3)	DESVIO ABSOLUTO (3) - (2)	DESVIO RELATIVO (3) / (2)	EXECUÇÃO (3) / (1) em %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:						
61241	Produtos farmacêuticos	6 432 280	4 824 210	5 653 450	829 240	17,19%	87,89%
612411	Medicamentos	5 415 759	4 061 819	4 597 911	536 092	13,20%	84,90%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 016 521	762 391	1 055 539	293 148	38,45%	103,84%
61242	Material de consumo clínico	3 047 827	2 285 870	2 904 956	619 086	27,08%	95,31%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1 236	927	697	-230	-24,81%	56,39%
61243	Material consumo hoteleiro	116 670	87 503	86 930	-573	-0,65%	74,51%
61244	Material consumo administrativo	87 699	65 774	63 395	-2 379	-3,62%	72,29%
61245	Material manutenção/conservação	92 567	69 425	73 420	3 994	5,75%	79,32%
61249	Outro material de consumo	0	0	45	45		
	Total da conta 61	9 778 279	7 333 709	8 782 892	1 449 138	19,76%	89,82%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços	7 438 319	5 578 739	7 603 187	2 024 447	36,29%	102,22%
62111	Meios complementares diagnóstico	3 319 634	2 489 726	3 354 931	865 206	34,75%	101,06%
62112	Meios complementares terapêutica	3 722 212	2 791 659	3 228 356	436 697	15,64%	86,73%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	51 634	38 726	42	-38 684	-99,89%	0,08%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	8 773	6 580	3 062	-3 518	-53,47%	34,90%
62115	Internamentos	292 513	219 385	860 070	640 685	292,04%	294,03%
62119	Outros subcontratos	43 553	32 665	156 726	124 061	379,80%	359,85%
622	Serviços especializados	6 254 226	4 690 670	6 287 712	1 597 042	34,05%	100,54%
623	Materiais de consumo	46 296	34 722	50 368	15 646	45,06%	108,80%
624	Energia e fluidos	1 093 925	820 444	841 419	20 976	2,56%	76,92%
625	Deslocações, estadas e transportes	1 789 863	1 342 397	1 708 434	366 036	27,27%	95,45%
626	Serviços diversos	913 819	685 364	834 399	149 035	21,75%	91,31%
	Total da conta 62	17 536 448	13 152 336	17 325 519	4 173 183	31,73%	98,80%
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	432 032	324 024	227 444	-96 580	-29,81%	52,65%
632	Remunerações do pessoal	40 410 764	30 308 073	30 865 919	557 846	1,84%	76,38%
6321	Remunerações certas e permanentes	31 445 689	23 584 267	23 333 357	-250 910	-1,06%	74,20%
63211	Remuneração base	25 760 791	19 320 593	19 133 430	-187 163	-0,97%	74,27%
63212	Subsídio de férias	2 262 134	1 696 601	1 511 748	-184 853	-10,90%	66,83%
63213	Subsídio de Natal	1 982 051	1 486 538	1 544 552	58 014	3,90%	77,93%
63215	Subsídio de refeição	1 437 545	1 078 159	1 142 483	64 324	5,97%	79,47%
6321xx	Outros	3 168	2 376	1 144	-1 232	-51,83%	36,13%
6322	Abonos variáveis e eventuais	8 965 075	6 723 806	7 532 562	808 756	12,03%	84,02%
632204	Trabalho extraordinário	5 165 577	3 874 183	4 600 591	726 408	18,75%	89,06%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1 898 616	1 423 962	1 505 359	81 397	5,72%	79,29%
6322xxx	Outros	1 900 882	1 425 662	1 426 612	951	0,07%	75,05%
633	Benefícios pós-emprego	0	0	826	826		
634	Indemnizações	3 043	2 282	3 306	1 024	44,87%	108,65%
635	Encargos sobre remunerações	9 148 015	6 861 011	7 156 801	295 790	4,31%	78,23%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	288 503	216 377	202 029	-14 348	-6,63%	70,03%
637	Gastos de ação social	150	113	0	-113	-100,00%	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	15 729	11 797	8 476	-3 321	-28,15%	53,89%
639	Outros encargos sociais	224 708	168 531	110 375	-58 156	-34,51%	49,12%
	Total da conta 63	50 522 944	37 892 208	38 575 177	682 969	1,80%	76,35%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 834 545	1 375 909	1 303 572	-72 337	-5,26%	71,06%
65	Perdas por imparidade	334 013	250 510	0	-250 510	-100,00%	0,00%
67	Provisões do período	100 400	75 300	0	-75 300	-100,00%	0,00%
68	Outros gastos e perdas	316 993	237 745	41 002	-196 742	-82,75%	12,93%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	13 453	10 090	69 298	59 208	586,81%	515,11%
	TOTAL GERAL	80 437 075	60 327 806	66 097 460	5 769 609	9,56%	82,17%

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2021

Código	Designação	PROCESS. EM 30/09/2020 (1)	PROCESS. EM 30/09/2021 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	4 915 392	5 653 450	738 058	15,02%
612411	Medicamentos	4 173 679	4 597 911	424 232	10,16%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	741 714	1 055 539	313 825	42,31%
61242	Material de consumo clínico	2 332 992	2 904 956	571 964	24,52%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	949	697	-252	-26,57%
61243	Material consumo hoteleiro	84 087	86 930	2 843	3,38%
61244	Material consumo administrativo	63 316	63 395	80	0,13%
61245	Material manutenção/conservação	86 823	73 420	-13 403	-15,44%
61249	Outro material de consumo	0	45	45	
	Total da conta 61	7 483 559	8 782 892	1 299 334	17,36%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	5 638 725	7 603 187	1 964 461	34,84%
62111	Meios complementares diagnóstico	2 630 966	3 354 931	723 965	27,52%
62112	Meios complementares terapêutica	2 791 790	3 228 356	436 566	15,64%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	42	42	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	6 258	3 062	-3 196	-51,08%
62115	Internamentos	188 108	860 070	671 962	357,22%
62119	Outros subcontratos	21 604	156 726	135 122	625,44%
622	Serviços especializados	4 646 051	6 287 712	1 641 661	35,33%
623	Materiais de consumo	29 374	50 368	20 994	71,47%
624	Energia e fluidos	820 805	841 419	20 614	2,51%
625	Deslocações, estadas e transportes	1 439 131	1 708 434	269 302	18,71%
626	Serviços diversos	750 428	834 399	83 972	11,19%
	Total da conta 62	13 324 514	17 325 519	4 001 004	30,03%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	287 190	227 444	-59 746	-20,80%
632	Remunerações do pessoal	29 025 766	30 865 919	1 840 153	6,34%
6321	Remunerações certas e permanentes	22 996 174	23 333 357	337 183	1,47%
63211	Remuneração base	18 792 552	19 133 430	340 878	1,81%
63212	Subsídio de férias	1 644 096	1 511 748	-132 348	-8,05%
63213	Subsídio de Natal	1 488 680	1 544 552	55 872	3,75%
63215	Subsídio de refeição	1 068 583	1 142 483	73 900	6,92%
6321xx	Outros	2 263	1 144	-1 119	-49,43%
6322	Abonos variáveis e eventuais	6 029 592	7 532 562	1 502 970	24,93%
632204	Trabalho extraordinário	3 669 868	4 600 591	930 723	25,36%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1 404 857	1 505 359	100 502	7,15%
6322xxx	Outros	954 868	1 426 612	471 745	49,40%
633	Benefícios pós-emprego	1 033	826	-207	-20,00%
634	Indemnizações	2 357	3 306	949	40,28%
635	Encargos sobre remunerações	6 652 362	7 156 801	504 439	7,58%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	153 761	202 029	48 268	31,39%
637	Gastos de ação social	87	0	-87	
638	Outros gastos com pessoal	8 888	8 476	-412	-4,63%
639	Outros encargos sociais	165 535	110 375	-55 160	-33,32%
	Total da conta 63	36 296 979	38 575 177	2 278 198	6,28%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 131 792	1 303 572	171 780	15,18%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	99 350	41 002	-58 347	-58,73%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	9 370	69 298	59 928	639,59%
	TOTAL GERAL	58 345 563	66 097 460	7 751 897	13,29%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2021

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	ORÇAMENTO MENSUALIZADO DO PERÍODO (2)	PROCESS. EM 30/09/2021(3)	DESVO ABSOLUTO (3) - (2)	DESVO RELATIVO (3) / (2)	EXECUÇÃO (3) / (1) em %
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	Taxas moderadoras	1 179 831	884 873	1 762 506	877 633	99,18%	149,39%
7041xx	Outras taxas	19 465	14 599	12 374	-2 225	-15,24%	63,57%
	Total da conta 70	1 199 296	899 472	1 774 880	875 408	97,32%	147,99%
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	4 476 080	3 357 060	5 598 314	2 241 254	66,76%	125,07%
7201165	Valor capacitacional (ULS)	70 125 252	52 593 939	50 066 176	-2 527 763	-4,81%	71,40%
7201168	Internos	796 836	597 627	603 000	5 373	0,90%	75,67%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	0		
	<i>total da 72011 - SNS Contrato-Programa</i>	<i>75 398 168</i>	<i>56 548 626</i>	<i>56 267 490</i>	<i>-281 136</i>	<i>-0,50%</i>	<i>74,63%</i>
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	299 175	224 381	162 602	-61 779	-27,53%	54,35%
72013	Outras entidades responsáveis	494 123	370 592	337 699	-32 894	-8,88%	68,34%
7299	Outros serviços	0	0	0	0		
	Total da conta 72	76 191 466	57 143 600	56 767 791	-375 809	-0,66%	74,51%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	103 966	77 975	61 132	-16 842	-21,60%	58,80%
76	Reversões	169 280	126 960	0	-126 960	-100,00%	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	266 080	199 560	65 910	-133 651	-66,97%	24,77%
	TOTAL GERAL:	77 930 088	58 447 566	58 669 712	222 146	0,38%	75,29%

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2021

Código	Designação	PROCESS. EM 30/09/2020 (1)	PROCESS. EM 30/09/2021 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	862 146	1 762 506	900 361	104,43%
7041xx	Outras taxas	15 614	12 374	-3 241	-20,75%
	Total da conta 70	877 760	1 774 880	897 120	102,21%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201164	Incentivos institucionais	3 267 952	5 598 314	2 330 362	71,31%
7201165	Valor capacitacional (ULS)	49 846 310	50 066 176	219 866	0,44%
7201168	Internos	603 000	603 000	0	0,00%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0		
	<i>total da 72011 - SNS Contrato-Programa</i>	<i>53 717 262</i>	<i>56 267 490</i>	<i>2 550 228</i>	<i>4,75%</i>
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	328 233	162 602	-165 631	-50,46%
	<i>total da 72011 + 72012</i>	<i>54 045 495</i>	<i>56 430 092</i>	<i>2 384 597</i>	<i>4,41%</i>
72013	Outras entidades responsáveis	258 575	337 699	79 124	30,60%
7299	Outros serviços	0	0		
	Total da conta 72	54 304 070	56 767 791	2 463 721	4,54%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	68 428	61 132	-7 296	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	317 282	65 910	-251 372	-79,23%
	TOTAL GERAL:	55 567 539	58 669 712	3 102 173	5,58%

